

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A., com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 650, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas sob nº 02.682.287/0001-02, doravante denominada simplesmente EMISSORA,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 36.113.876/0001-91, doravante denominado AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, e

SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S.C. LTDA, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai, 496 – 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob nº 43.350.131/0001-01, na qualidade de GARANTIDORA INTERVENIENTE, doravante assim denominada, neste ato representadas na forma de seus respectivos documentos societários,

vêm regular as condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da EMISSORA ("Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas:

I. DA AUTORIZAÇÃO

I. 1. A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 19 de junho de 2000, a qual foi objeto de retificação e ratificação pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 21 de setembro de 2000.

I. 2. As Assembléias Gerais Extraordinárias delegaram ao Conselho de Administração a deliberação sobre eventual alteração nas condições da presente emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das Debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das Debêntures; e (iv) o cancelamento das Debêntures não colocadas.

II. DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II. 1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II. 2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS:

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 133.213/00-6, em 18 de julho de 2000, sendo que a Ata de Assembléia Geral Extraordinária que retificou e ratificou suas disposições foi arquivada

na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 182135/00-7, em 28 de setembro de 2000, nos termos do artigo 62, I da Lei 6.404/76, e publicadas conforme o disposto no item III.10 Publicidade.

II. 3. REGISTRO DA ESCRITURA:

A presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da sede da EMISSORA, nos termos do artigo 62, II da Lei 6.404/76.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS E DA EMISSÃO

As Debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

III. 1. COLOCAÇÃO: O lançamento será destinado a distribuição pública, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III. 2. DATA DE EMISSÃO, PRAZO E DATA DE VENCIMENTO: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1 de julho de 2000 e terão prazo de 02 (dois) anos, vencendo-se em 1 de julho de 2002.

III. 3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES: Serão emitidas até 1.000 (um mil) debêntures não conversíveis em ações da EMISSORA, em série única.

III. 4. VALOR NOMINAL E MONTANTE DA EMISSÃO: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), perfazendo um montante de emissão de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), em 1 de julho de 2000.

III. 5. FORMA, CONVERSIBILIDADE E ESPÉCIE: As Debêntures serão nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, contando adicionalmente com garantia fidejussória, constituída neste ato, representada pela fiança prestada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE, qualificada no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga perante os debenturistas, na qualidade de fiadora e principal pagadora da EMISSORA, a garantir solidariamente o pagamento do valor nominal das Debêntures, acrescido da remuneração, inclusive acréscimos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, renunciando desde já a GARANTIDORA INTERVENIENTE aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente Escritura.

III. 6. REMUNERAÇÃO:

As Debêntures renderão juros correspondentes ao valor acumulado de 106 % (cento e seis por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, incidentes sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir de 1 de julho de 2000 e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

Define-se “Período de Capitalização” como intervalo de tempo que se inicia em 1 de julho de 2000, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



Periodicidade de Pagamento:

Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos mensalmente, sendo o primeiro vencimento em 1 de agosto de 2000 e o último em 1 de julho de 2002. A partir de 1 de dezembro de 2000 os pagamentos deverão ser realizados juntamente com as amortizações programadas no 1º dia do mês, ou 1º dia útil subsequente.

III. 6. 1. CRITÉRIO DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO: A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{j=1}^N \left[\text{Taxa DI Diária}_j \times \left(\frac{\text{Fator Multiplicador}}{100} \right) + 1 \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, em Reais

VN = saldo do valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, em Reais.

$\prod_{j=1}^N$ = produtório de "N" termos;

Fator Multiplicador = 106;

Taxa DI Diária_j = Taxas médias diárias de DI de um dia, Extra-Grupo, base 252 dias, na forma unitária, verificadas nos "N" dias entre a data de início, inclusive, e a data de término, exclusive, do Período de Capitalização, que serão obtidas de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa DI Diária}_j = \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}_j}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI_j = Taxa média do DI de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, expressa na forma percentual, ao ano (ex.: 20 % ao ano ; Taxa DI_j = 20);

- a) Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses: a) A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; b) Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, será utilizado automaticamente, em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da EMISSORA; c) A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação à remuneração das Debêntures; e d) Na extinção ou impossibilidade



legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, de comum acordo com a EMISSORA, para deliberação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA. As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da data da emissão até a data de vencimento das Debêntures.

III. 7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: O preço de subscrição será o valor nominal das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de acordo com o item III.6, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

III.8. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: O valor nominal das Debêntures será amortizado em 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas, com início em 01 de dezembro de 2000, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada. As amortizações serão realizadas no primeiro dia útil de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o disposto no item III.14.

III. 9. NEGOCIAÇÃO: As Debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

III. 10. PUBLICIDADE: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão deverão ser veiculados na forma de avisos na edição nacional do jornal Valor Econômico.

III. 11. ENCARGOS MORATÓRIOS: Caso a EMISSORA deixe de efetuar o pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, na data devida, a EMISSORA deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago, além da remuneração prevista no item III.6., multa penal de 10%, taxa de juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sendo as obrigações devidas calculadas desde a data de seu descumprimento até a data de seu efetivo pagamento, sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures.

III. 12. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS: Sem prejuízo ao disposto no item III.11, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

III. 13. LOCAL DO PAGAMENTO: Os pagamentos referentes ao valor nominal e rendimentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por meio de instituição financeira contratada pela EMISSORA para esse fim ou, ainda, na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado à CETIP.

III. 14. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo a qualquer título nos valores a serem pagos.

III. 15. RESGATE ANTECIPADO: A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, por decisão de seu Conselho de Administração, e mediante aviso prévio de 15 dias aos Debenturistas, resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação no mercado, total ou parcialmente, neste último caso mediante sorteio, e por preço não superior ao de seu valor nominal, acrescido da remuneração, de acordo com o item III.6 supra, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55



da Lei nº 6.404/76 e deduzido o valor das respectivas amortizações mensais programadas. As Debêntures objeto deste procedimento deverão ser canceladas.

III. 16. VENCIMENTO ANTECIPADO: O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto da presente emissão, e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do saldo devedor, acrescido da remuneração até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item III.6, e de encargos moratórios, se for o caso, na ocorrência dos seguintes eventos: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA; b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA ou da GARANTIDORA INTERVENIENTE; d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão; e f) alteração substancial no controle da EMISSORA e/ou GARANTIDORA INTERVENIENTE.

III. 16.1. Para os fins do disposto no item III.16, supra, "alteração substancial no controle" significa qualquer alteração no controle da EMISSORA e/ou GARANTIDORA INTERVENIENTE que resulte, de forma direta ou indireta, (i) na perda do controle da EMISSORA pela GARANTIDORA INTERVENIENTE, exceto em caso de reorganização societária do grupo, ou (ii) na perda do controle da GARANTIDORA INTERVENIENTE pelo Sr. Senhor Abravanel.

III. 17. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos obtidos com a presente emissão serão utilizados pela EMISSORA exclusivamente para o financiamento das suas operações de arrendamento mercantil de veículos novos e usados. Os recursos obtidos com a colocação das Debêntures sob o regime de melhores esforços, sejam as Debêntures objeto deste regime integralmente ou parcialmente colocadas, também serão utilizados pela EMISSORA exclusivamente para o financiamento das suas operações de arrendamento mercantil de veículos novos e usados.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

IV.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

IV.2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.



IV.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

IV.4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

IV.5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

IV.6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

IV.7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., retro-qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a EMISSORA e a comunhão dos titulares das Debêntures.

V.1. DECLARAÇÃO: O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;

d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções;
e

e) que foi verificada a regularidade da constituição da garantia fidejussória contemplada no item III.5 desta Escritura e que, até a data de assinatura deste instrumento, e com base nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 1999, descritos no item e.1. a seguir, foi observada a sua suficiência e sua exequibilidade, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM n.º 28 de 23/11/83.

e1) A situação patrimonial da GARANTIDORA INTERVENIENTE em 31 de dezembro de 1999 era a seguinte (valores em R\$ milhões):

Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Realizável
234,416	21,313	252,274	3,456

V. 2. REMUNERAÇÃO: Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, os seguintes honorários:



a) Parcelas anuais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão;

b) A remuneração prevista nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador se houver);

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/05/00 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário;

d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

e) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 5% e juros de mora de 1,0% ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

g) Na hipótese de ocorrer o resgate antecipado da totalidade das debêntures emitidas, as parcelas vincendas serão pagas na data do resgate, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano; e

h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

V. 3. SUBSTITUIÇÃO: Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.



V 3.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

V 3.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

V 3.3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no parágrafo 4º do artigo 2º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

V 3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser arquivada no registro do comércio e ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura.

V. 3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

V 3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

V 4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO: Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;

h) verificar a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



h.1) para fins deste item, a GARANTIDORA INTERVENIENTE fica obrigada a fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo.

i) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia prestada na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;

n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

n.5) resgate e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures pela EMISSORA;

n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

n.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

n.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

n.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO

n.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e

o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

o.1) na sede da EMISSORA;

o.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;



o.3) na CVM;

o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

o.5) nas instituições financeiras que lideram a colocação das Debêntures.

p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos sub-itens do item "m" acima;

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

s) notificar os debenturistas, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, ao Banco Central do Brasil e às Bolsas de Valores onde a EMISSORA tiver seus valores admitidos à negociação.

V. 5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO: O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, salvo deliberação em contrário tomada em Assembléia de Debenturistas pela maioria das Debêntures em circulação; e

d) requerer a intervenção, liquidação ou falência da EMISSORA, nos termos da lei; e

e) cobrar extrajudicialmente da GARANTIDORA INTERVENIENTE o pagamento de quaisquer valores devidos pela EMISSORA, com base na fiança prestada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE nos termos da presente Escritura, aplicando o produto no pagamento das obrigações relativas às Debêntures então vencidas, observadas as disposições do item V.6 abaixo.

V 5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a", "b", "d" e "e" do "caput" desta cláusula se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação.

V.6 PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DA FIANÇA: Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral de Debenturistas, na execução da fiança prestada pela GARANTIDORA INTERVENIENTE, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá observar os seguintes prazos e procedimentos:



a) verificado o inadimplemento pela EMISSORA no cumprimento das suas obrigações relativas às Debêntures, inclusive nos termos do item III.16 supra, o AGENTE FIDUCIÁRIO notificará a EMISSORA para que disponibilize, na forma prevista na presente Escritura e no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de tal notificação, conforme determinado no item III.16.d, recursos no montante necessário para o cumprimento total das referidas obrigações, acrescidos da remuneração e encargos moratórios previstos na presente Escritura, e notificará a GARANTIDORA INTERVENIENTE para que no mesmo prazo disponibilize os referidos recursos, sob pena de vencimento antecipado da Emissão;

b) na hipótese de nem a EMISSORA, nem a GARANTIDORA INTERVENIENTE quitarem as referidas obrigações dentro do prazo previsto no item anterior ou efetuar um pagamento parcial, o AGENTE FIDUCIÁRIO declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures e notificará a GARANTIDORA INTERVENIENTE para que disponibilize, no prazo de 48 horas contados do recebimento da notificação, o saldo devedor, acrescido da remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de encargos moratórios;

c) na hipótese de a GARANTIDORA INTERVENIENTE não quitar as referidas obrigações dentro do prazo previsto no item anterior, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar uma Assembléia de Debenturistas, para que sejam determinados os procedimentos a serem adotados na cobrança dos créditos eventualmente ainda não quitados; e

d) havendo o pagamento de quaisquer valores pela GARANTIDORA INTERVENIENTE com base no disposto nos itens anteriores, sejam eles representativos de um pagamento total ou parcial dos montantes devidos, a GARANTIDORA INTERVENIENTE deverá comunicar o AGENTE FIDUCIÁRIO por escrito da efetuação do depósito na conta corrente mantida pela EMISSORA junto ao banco mandatário, e o AGENTE FIDUCIÁRIO tomará todas as providências necessárias para viabilizar a distribuição proporcional dos referidos valores aos debenturistas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida comunicação, observadas as disposições do item III.13, supra.

V.7. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO: A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

V 7.1. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias proteção aos direitos dos portadores dos títulos,

V 7.2. As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

V. 7.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do



“caput” será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

V. 7.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI. DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

VII.1. Os titulares das Debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

VII.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

VII.3. Aplicar-se-á à assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

VII.4. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

VII.5. Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VII.6. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

VII.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas; que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação.

VII.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas assembléias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

VII.9. Para efeito da constituição do “quorum” a que se refere esta cláusula, serão excluídas as Debêntures que a EMISSORA possuir em carteira.

VIII. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.



Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas testemunhas ao final identificadas).

São Bernardo do Campo, 19 de junho de 2000.

PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Antonio Amaro R. O. Silva
Procurador

SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S.C. LTDA.

TESTEMUNHAS

1.

Nome:

C.P.F.:

2.

Nome:

C.P.F.:

199 Ofício de Notas - 00000 - Notário: LUIZ VITÓRIO VIEIRA TEIXEIRA
Av. Aracão Lobato, 949 1º 200 - 60 - Tel. 45-7010 - ME 04040
Reconhecido por Genealogia (s) (firma(s)): #
ANTONIO AMARO REBEIRO DE OLIVEIRA E SILVA
A-55/111, 4
Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 2000 às 17:08:11
1- Em Testemunha da verdade.
DENISE BARRETO DE OLIVEIRA - Autentica - 100 - 1
V/Fora: 0,45 - P/Fora: 2,00 - FETI 0,01 - Total 2,46

DENISE BARRETO DE OLIVEIRA
18º OFÍCIO DE NOTAS
Tab. Substituto Sucursal Barra

